



PROCESSO Nº	:	21.044-7/2017
PRINCIPAL	:	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA
EMBARGANTE	:	FERNANDO MARQUES DE ALMEIDA – ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA
ADVOGADOS	:	CELSO REIS DE OLIVEIRA - OAB/MT Nº 5476 THIAGO STUCHI REIS DE OLIVEIRA - OAB/MT Nº 18.179-A
ASSUNTO	:	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
RELATOR	:	CONSELHEIRO GONÇALO DOMINGOS DE CAMPOS NETO

JULGAMENTO SINGULAR

1. Trata-se de **Embargos de Declaração com efeitos infringentes**¹ opostos pelo **Sr. Fernando Marques de Almeida**, Engenheiro e Fiscal de Obra, por meio de seus advogados, desta vez, em face do **Julgamento Singular nº 472/DN/2024**², que não conheceu os embargos de declaração opostos anteriormente, ante sua intempestividade.

2. Em síntese, o embargante alega a existência de omissão na decisão embargada, requerendo o conhecimento dos embargos de declaração com efeitos infringentes, para que seja aplicado ao caso o princípio da fungibilidade recursal, disposto no art. 354 do RITCEMT. À vista desses elementos, postulou o reconhecimento da omissão arguida e, por consequência, o acolhimento do Recurso de Embargos de Declaração não conhecidos, **como Recurso Ordinário**.

3. **É o relatório.**

4. **Passo a decidir.**

¹ Doc. digital nº 487528/2024

² Doc. digital nº 483042/2024





11. Isso porque, apesar de reconhecer o decurso temporal para a oposição dos embargos de declaração, à época do seu protocolo ainda estava vigente o prazo para interposição de recurso ordinário.

12. Sendo assim, considerando o disposto no art. 354³ do RITCE/MT, e, levando em conta que o exame acerca da satisfação dos requisitos de admissibilidade do recurso ordinário é de incumbência do relator sorteado para a apreciação do seu mérito (art. 364 do RITCE/MT)⁴, compreendo ser necessário o encaminhamento dos autos à Presidência desta Corte para as providências cabíveis, consoante disposição dos arts. 362 e 363 do RITCE/MT⁵.

13. Pelo exposto, com fulcro nos artigos 96, IV, 97, VIII e XI, 351, 354, 372, do RITCE/MT, **DECIDO pelo conhecimento destes Embargos de Declaração e, no mérito, dou-lhe provimento, para reconhecer a omissão na decisão embargada quanto à análise da possível aplicação do princípio da fungibilidade recursal, razão pela qual, encaminho os autos a Presidência deste Tribunal de Contas para adoção das providências cabíveis.**

14. **Publique-se.**

15. Por fim, encaminhem-se os autos ao gabinete da Presidência.

Cuiabá, MT, 11 de julho de 2024.

*(assinatura digital)*¹

Conselheiro **GONÇALO DOMINGOS DE CAMPOS NETO**
Relator

³ **Art. 354** Salvo hipótese de má-fé e/ou de ato meramente protelatório, se reconhecida a inadequação processual do recurso e satisfeitos os demais requisitos de admissibilidade, a medida poderá ser processada no rito do recurso cabível.

⁴ **Art. 364** O novo Relator será competente para o juízo de admissibilidade do recurso, de modo que, não sendo o mesmo admitido, o processo será encaminhado ao setor competente para publicação da decisão mediante julgamento singular.

⁵ **Art. 362** A petição deverá ser endereçada ao Presidente do Tribunal de Contas.

Art. 363 O Recurso Ordinário será juntado ao processo respectivo e encaminhado para sorteio eletrônico de um Conselheiro, sendo vedada a distribuição do recurso ao Relator do processo originário e ao Revisor da decisão recorrida.

